

Brasília

## ENCONTRO COM A HISTÓRIA

# Guimaraes Arruda a pioneira que fez os mapas do Planalto

Quando Brasília completa 21 anos de existência, muitos fatos e pessoas serão lembradas pela contribuição que deram ao curso da História, para que ela fosse edificada como a Capital do País.

Nessa edição histórica, o "Correio Braziliense" tributa sua homenagem e reconhecimento a duas figuras importantes, mas desconhecidas por suas contribuições.

Quis a ironia da História que a capital fosse inaugurada na data em que foi enforcado José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes.

H<sup>a</sup> quase duzentos anos — mais precisamente em 1789 — Tiradentes e seus companheiros levaram a necessidade da transferência da capital do país para o interior da então colônia de Portugal.

O fundador do "Correio Braziliense", Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça — Hipólito da Costa — de seu exílio em Londres, em 1813, também defendia essa transferência.

A idéia nascida na Conjuração Mineira teve, no decorrer do 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Império, vários defensores, mas não chegou a conseguir encaminhamento prático. Até que, com o advento da República, foi inscrito na Constituição Federal de 1946, em seu artigo 4º, que "A capital da União será transferida para o Planalto Central do País".

Empossado presidente da República, o Marechal Eurico Gaspar Dutra nomeou uma "Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil", composta por 12 técnicos e chefiada pelo General Djalma Polli Coelho.

Em maio de 1947 passou a Comissão Polli Coelho aos trabalhos de campo, constituindo as seguintes subcomissões: de Investigações Geográficas; de Estudos Geológicos; de Estudos Agronômicos; de Energia e de Climatologia.

Para presidir a Subcomissão de Estudos Agronômicos, foi nomeado o engenheiro agrônomo Arthur Magarinos Torres Filho, Reitor da Universidade Rural do Brasil e presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Assim é que, na Constituição Republicana de 1891, o artigo 3º diz: "Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km<sup>2</sup>, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal".

Em maio de 1892, o Marechal Floriano Peixoto nomeava a "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", chefiada por Luiz Cruls, diretor do Observatório Astronômico.

Luiz Cruls cercou-se de engenheiros, higienistas, geólogos, botânicos, naturalistas, astrônomos que, em lombo de burro, percorreram 4 mil quilômetros, terminando por demarcar uma área com os 14.400 quilômetros quadrados previstos por lei.

Em 1894, voltava Cruls ao Planalto Central, já como responsável pela "Comissão de Estudos da Nova Capital da União", e apresentava seu famoso relatório em que é detalhadamente definido o "Quadrilátero Cruls".

Por cerca de 18 anos não há provisões concretas pela transferên-

cia da Capital, apesar de pronunciamentos e moções no Senado e na Câmara dos Deputados.

Quando da comemoração do centenário da Independência, o presidente Epitácio Pessoa fez o lançamento da pedra fundamental da futura capital da República, no dia 7 de setembro de 1922, perto de Planaltina.

Seguiu-se novamente um novo período de esvaziamento da idéia mudancista, apesar de constar das Constituições de 1934 a 1937.

Com a queda da ditadura de Vargas, no processo de redemocratização do País, foi inscrito na Constituição Federal de 1946, em seu artigo 4º, que "A capital da União será transferida para o Planalto Central do País".

Empossado presidente da República, o Marechal Eurico Gaspar Dutra nomeou uma "Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil", composta por 12 técnicos e chefiada pelo General Djalma Polli Coelho.

Em maio de 1947 passou a Comissão Polli Coelho aos trabalhos de campo, constituindo as seguintes subcomissões: de Investigações Geográficas; de Estudos Geológicos; de Estudos Agronômicos; de Energia e de Climatologia.

Para presidir a Subcomissão de Estudos Agronômicos, foi nomeado o engenheiro agrônomo Arthur Magarinos Torres Filho, Reitor da Universidade Rural do Brasil e presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.

Assim é que, na Constituição Republicana de 1891, o artigo 3º diz: "Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km<sup>2</sup>, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal".

Em maio de 1892, o Marechal Floriano Peixoto nomeava a "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", chefiada por Luiz Cruls, diretor do Observatório Astronômico.

Luiz Cruls cercou-se de engenheiros, higienistas, geólogos, botânicos, naturalistas, astrônomos que, em lombo de burro, percorreram 4 mil quilômetros, terminando por demarcar uma área com os 14.400 quilômetros quadrados previstos por lei.

Em 1894, voltava Cruls ao Planalto Central, já como responsável pela "Comissão de Estudos da Nova Capital da União", e apresentava seu famoso relatório em que é detalhadamente definido o "Quadrilátero Cruls".

Por cerca de 18 anos não há provisões concretas pela transferên-

Fotos: IVANY CÂMARA NEIVA



Guimaraes Arruda Câmara fez os mapas da "Comissão Polli Coelho"

muito manifestados em seus trabalhos, pelos aspectos sociais, ditaram sua preocupação constante em registrar as condições de vida da população, os problemas de emprego e acesso à terra, as migrações.

O relatório das "Investigações e Estudos Agronômicos" de Antônio de Arruda Câmara trouxe, portanto, subsídios de grande importância para as conclusões finais da Comissão Polli Coelho, que finalmente optou pelo retângulo delimitado por Luiz Cruls, ressalvando somente os limites por ele sugeridos. A Comissão Polli Coelho ampliou a área ao Norte, estabelecendo-a em 77.000 quilômetros quadrados.

Para que Brasília fosse edificada onde está, foram travadas inúmeras batalhas de gabinete. Havia, na própria Comissão, duas tendências para a localização. Uma pretendia que se desse no Triângulo Mineiro (Tupaciguara) e a outra no Planalto Central.

Eles pesquisaram a agricultura da região, a lavoura, a pecuária, as indústrias rurais, a horticultura e a silvicultura. A própria formação humanista e o interesse desde há

capital no Planalto Central, defendida desde trabalhos anteriores, foi valiosa ao longo dos debates dessa época.

Falecido em 1962, Antônio de

Arruda Câmara marcou sua presença como um batalhador incansável — desde o início do século pelo desenvolvimento do cooperativismo como forma de evolução da economia agrícola brasileira. Numa época em que imperavam edições particulares de livros por seus autores, visando-se tornarem "imortais" — perdoem-me o neologismo — ele editava revistas que tratavam de problemas rurais brasileiros: ainda como estudante, em 1916, dirigiu "A Charrua" e "Brasil Agrícola".

Organizou e presidiu congressos e seminários sobre problemas rurais a partir da década de 30. Foi um dos organizadores, professor e diretor, durante vários anos, da Escola de Horticultura Wenceslao Bello, no Rio de Janeiro.

Seus estudos avançavam pela antropologia, às vezes pela sociologia, como pudemos notar em seu relatório:

"É baixo o padrão de vida da população rural. As condições naturais, entretanto, mesmo no atual estágio de economia e de cultura, favorecem e permitem um nível de vida muito mais elevado.

A alimentação é farta e pode ser bastante variada. Não há, rigorosamente, a possibilidade de "fomes" como as que ocorrem, em dadas circunstâncias, nas zonas semi-áridas do Nordeste do Brasil.

O vestuário confeccionado, muitas vezes, com tecidos de algodão feito em casa, é bom. Não se tem, como nas regiões periodicamente flageladas pelas secas, a impressão de relativa nudez. Poucos, muitos poucos, os de roupa suja e esfarrapada.

As habitações, mesmo as dos proprietários rurais abastados, deixam muito a desejar. Pequeninos nadas, que seriam grande coisas em matéria de higiene e de conforto, não são, na maioria dos casos, considerados.

O escasso e tosco mobiliário, a utilização inadequada de dependência residencial para depósito de arreios, instrumentos e utensílios agrários etc., revelam, antes, a influência de enraizado rotinismo que é a falta de recursos materiais. O que há, a rigor, é indiferentismo, tendência a acomodação, falta de gosto ou de hábito de bem-estar e não, tanto como supõem, ignorância e desconhecimento das vantagens de um maior conforto".

Hoje, 34 anos depois de ter percorrido o Planalto Central como revisora, secretária e cartógrafa, trabalhando junto com seu marido, Guimaraes Arruda Câmara mora em Brasília com seus netos.

Ela recorda aquele tempo: "percorremos cidades, vilarejos, fazendas, sempre ouvindo e anotando. Antônio conversava com todo mundo. Fazendeiros, empregados, moradores das cidades, dos campos. Levantávamos de madrugada para escrevermos os relatórios do dia anterior. A população era hospitaleira e compreendia nosso trabalho. A maioria se manifestava favorável à transferência da Capital. Outros não acreditavam que ela se desse, embora achassem que seria bom para a região".

Existiam pessoas agradáveis e cultas por onde passamos. Lembro-me muito do Gelmíro Reis, em Liziânia. Ele nos mostrou um jornal que editava. Fazia tudo, reportava, imprimia e vendia. Era interessante e respeitável seu esforço".

Das pessoas que conheceu nesse tempo, Guimaraes Arruda Câmara lembrou-se de Bernardo Sayão. "Era um homem impressionante. Nós o conhecemos quando fomos pesquisar a Colônia Agrícola Nacional criada por ele às margens do Rio das Almas. Lembro-me que o pneu do carro em que estávamos furou. Sayão trocou o pneu, e depois, deu-me de presente o prego que o havia furado e dizendo que dava sorte.

Um fato pitoresco que recordo, é que sua casa não tinha portas, somente cortinas. Além da imagem do desbravador, para mim e Antônio ficou sua lembrança de excelente pai e esposo. No tempo que nos

hospedou na Colônia, dava evidentes sinais de carinho pela esposa e filhos.

Nessa época ele já alimentava a idéia de uma estrada até Belém. Chegou mesmo a nos levar até uma cidade depois de Ceres, da qual não me lembro mais o nome. E disse que o caminho para Belém teria que passar por ali".

Quando perguntei a Guimaraes Arruda Câmara pela preparação do roteiro da viagem até o Planalto Central, seus grandes olhos castanhos se iluminaram como faróis — lembrei-me dos olhos de Picasso — e disse: "Fui à Biblioteca Nacional e copiei uns mapas do tempo de José Bonifácio e, como conhecia o livro de Luiz Cruls, ficou mais fácil saber por onde andaríamos. Aliás, a mudança da capital sempre foi um assunto discutido em nossa família. Desde minha infância assisti discussões sobre o assunto (Guimaraes é sobrinha de Venâncio Figueiredo Neiva, republicano, e um dos maiores ativistas do positivismo no Rio de Janeiro, e que chegou a aconselhar ao Marechal Pessoa a dar o nome de Vera Cruz para Brasília).

De posse desses dados — continuou Guimaraes — vi facilitada a minha tarefa de ajudar Antônio, complementando as informações antigas, retificando traçados, assinalando pontos importantes.

Os mapas que fiz da região foram entregues à Comissão Polli Coelho já com os nomes dos rios, lagoas e nascentes.

Uma das coisas mais bonitas dessa viagem, foi quando eu e Antônio encontramos as "Águas Emendadas". Cruls tinha falado que a nascente das três bacias estavam distantes umas das outras "a um tiro de espingarda". Antônio perseguiu desde o Rio de Janeiro a vontade de encontrar essas nascentes.

Aliás, ele se bateu, até pouco antes de sua morte, pela criação de um "Parque Nacional das Águas Emendadas". Lembro-me de seus artigos em jornais e revistas especializadas (tenho esse material até hoje) nos quais defendia a idéia. Lembro-me também, que quando foi criada a NOVACAP por Juscelino Kubitschek, ele apresentou novamente a sugestão do Parque Nacional, ao qual chamava de "Santuário das Águas Emendadas".

Guimaraes Arruda Câmara lembrou-se também "do pão que comemos aqui no Planalto Central, e que era de trigo plantado na região da cidade de Calvanti. Isso reforçou a opinião de Antônio, que, desde o início era favorável a essa localização atual e não no Triângulo Mineiro, como queria quase que a metade da Comissão Polli Coelho. Ele era de opinião que não poderia ser a capital da república edificada em uma cidade já existente. Para ele — o que se mostrou correto — teria quer ser feita uma cidade para esse fim".

Hoje, relembrando a viagem pelos sertões de Goiás, colocando nomes nos rios, córregos, lagoas e nascentes, Guimaraes sempre que pode vai ver o Lago Paranoá e diz a seus netos: "que lindo esse lago! E pensar que os rios que vimos iria formar um lago tão grande e belo".